

IBGE: taxa de desocupação chega ao menor patamar em 13 anos



by Renata Nunes

— 14/11/2025

A taxa de desocupação do **Brasil** no terceiro trimestre de 2025 chegou a 5,6%, o menor nível da série histórica iniciada em 2012. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (14) pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, por meio da **PNAD Contínua Trimestral**.

Em comparação ao segundo trimestre, a taxa recuou apenas em duas unidades da federação e permaneceu estável nas demais. **Pernambuco** registrou a maior taxa do país (**10,0%**), seguido por **Amapá (8,7%)** e **Bahia (8,5%)**. As menores taxas foram observadas em **Santa Catarina (2,3%)**, **Mato Grosso (2,3%)** e **Rondônia (2,6%)**.

O levantamento incorpora a reponderação da série histórica, divulgada em julho, que atualiza a base populacional da pesquisa a partir das projeções de 2024 e dos dados do Censo Demográfico de 2022.

O que dizem os especialistas

Segundo análise de **Rodolpho Sartori, economista da Austin Rating**, a taxa de desocupação recuou para 5,6% no terceiro trimestre devido a um avanço marginal da ocupação, que também reduziu o tempo médio de procura por trabalho. Sartori destaca que o rendimento médio real do trabalhador ficou praticamente estável, passando de R\$ 3.497 para R\$ 3.507, movimento que reflete o estágio atual da economia: após dois anos de forte expansão impulsionada por benefícios sociais como BPC, aposentadorias e a ampliação do **Bolsa Família** em 2023, a renda do trabalho registrou ganhos expressivos e agora entra em um processo mais claro de estabilização, ainda em nível elevado.

Ele observa que a massa de rendimento real atingiu R\$ 354,6 bilhões, estável na comparação trimestral, mas superior ao ano anterior, com o Sudeste concentrando a maior parte do valor. **Sartori** enfatiza ainda que a informalidade,

que caiu para 37,8%, contribuiu para sustentar os ganhos de renda, já que a formalização tende a elevar o rendimento médio no país.

Tempo de procura por trabalho recua em todas as faixas

O número de desocupados caiu nas quatro faixas de tempo de procura analisadas. Duas delas registraram os menores contingentes para um terceiro trimestre desde o início da série:

- **De 1 mês a menos de 1 ano: 3,1 milhões;**
- **De 1 ano a menos de 2 anos: 666 mil.**

A faixa de procura inferior a um mês (1,1 milhão) e a de dois anos ou mais (1,2 milhão) tiveram os menores níveis desde 2015.

Diferenças por sexo, raça e escolaridade

A taxa de desocupação entre os homens foi de 4,5%, enquanto entre as mulheres chegou a 6,9%. Por cor ou raça, o índice ficou em 4,4% para pessoas brancas, abaixo da média nacional. Entre pessoas pretas, a taxa foi de 6,9%, e entre pardas, 6,3%.

A maior taxa de desocupação por nível de instrução foi registrada entre pessoas com ensino médio incompleto (9,8%). Entre aqueles com ensino superior incompleto, a taxa ficou em 5,8%, enquanto para pessoas com superior completo foi de 3,0%.

Informalidade atinge 37,8% da população ocupada

A taxa de informalidade do país permaneceu em 37,8% no trimestre.

Os maiores índices foram observados em:

- **Maranhão: 57,0%**
- **Pará: 56,5%**
- **Piauí: 52,7%**

As menores taxas foram registradas em:

- **Santa Catarina: 24,9%**
- **Distrito Federal: 26,9%**
- **São Paulo: 29,3%**

O IBGE destacou que a informalidade se manteve estável na comparação trimestral, com queda no número de empregados domésticos sem carteira assinada e aumento de trabalhadores sem carteira no setor público.

Emprego com carteira e trabalho por conta própria

Entre os empregados do setor privado, 74,4% tinham carteira assinada no terceiro trimestre de 2025.

Estados com maiores proporções:

- **Santa Catarina: 88,0%**
- **São Paulo: 82,8%**
- **Rio Grande do Sul: 82,0%**

Estados com menores proporções:

- **Maranhão: 51,9%**
- **Piauí: 52,4%**
- **Paraíba: 55,3%**

O trabalho por conta própria representou 25,3% da população ocupada. **Maranhão** (33,1%), **Pará** (29,9%) e **Amapá** (29,1%) registraram os maiores percentuais.

Rendimento médio fica estável no trimestre

O rendimento médio real do trabalho foi estimado em R\$ 3.507, estável em relação ao segundo trimestre (R\$ 3.497) e acima do registrado no terceiro trimestre de 2024 (R\$ 3.373).

Regiões com alta no trimestre:

- **Sul: R\$ 4.036**
- **Centro-Oeste: R\$ 4.046**

Na comparação anual, houve aumento nos rendimentos do **Nordeste** (+5,7%), **Sul** (+8,4%) e **Centro-Oeste** (+5,8%).

A massa de rendimento real habitual do país totalizou R\$ 354,6 bilhões, estável trimestralmente e superior ao nível do mesmo período de 2024. O **Sudeste** atingiu a maior massa da série histórica, com R\$ 176 bilhões.

A PNAD Contínua investiga 211 mil domicílios por trimestre, em cerca de 3.500 municípios. A coleta voltou ao formato presencial desde julho de 2021.

*Com informações do IBGE